PICHAÇÃO/GRAFFITI EM SANTA MARIA: SISTEMAS CLASSIFICATÓRIOS, TRANSBORDAMENTOS SEMÂNTICOS E MANEIRAS DE NARRAR A CIDADE.

Rodrigo Nathan **Romanus Dantas**¹

Classificações acerca da pichação/graffiti

Uma das primeiras questões que aparecem nos debates sobre pichação/graffiti: “Qual é a diferença entre pichação e graffiti?”. Costumo dizer que, do ponto de vista da lei, pichação é a pintura feita sem a autorização do proprietário ou gestor do imóvel, algo ilegal, e o graffiti é a prática autorizada, legal. Do ponto de vista dos indivíduos que riscam e colorem as paredes da cidade, entretanto, a fronteira entre as duas classificações é bastante porosa, ou seja, os praticantes transitam entre elas. Em geral, os grafiteiros, os que pintam de forma autorizada, são ou já foram pichadores em algum momento de suas trajetórias. Há também uma questão de status e reconhecimento. Em um contexto x, um indivíduo pode se identificar como grafiteiro ou artista, em uma situação y, o mesmo sujeito pode preferir se identificar como pichador, “vandal”, como dizem. É por isso que prefiro usar os termos aglutinados, ou melhor, unidos e, ao mesmo tempo, separados pelo sinal gráfico de uma barra: pichação/graffiti e pichadores/grafiteiros. Além disso, no vocabulário dos pichadores/grafiteiros, há termos híbridos: artista criminoso, vandal art, poética do particular coletivo, grapixo... Em linhas gerais, para o Estado o que está em jogo na classificação é a questão do direito à propriedade; para os pichadores/grafiteiros, são as questões estéticas e de reconhecimento. Este texto trata sobre alguns dos caminhos que percorri para chegar a essas formas heterodoxas, não binárias, de classificação da prática de riscar e pintar as superfícies urbanas.

Apresento alguns itinerários de campo da pesquisa etnográfica que desenvolvi no mestrado, na qual busquei a compreensão de como se dá a construção da inteligibilidade dos acontecimentos acerca da pichação/graffiti em Santa Maria. Na primeira parte, trato sobre a fase preliminar da observação participante, a partir de uma

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

loja de *street art*, experiência que sublinha a importância dos laços de reciprocidade e a lógica dos sistemas classificatórios (as maneiras de colocar o mundo em estrutura, de ordenar intelectivamente o caos sensível) na pichação/graffiti. Dessa experiência *indoor*, desdobram-se outros cenários de interação com pichadores/grafiteiros, pelas ruas, dentre os quais destaco um domingo na zona norte, na segunda parte do texto.

Em termos teóricos, lanço mão de o *Ensaio Sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss (2003), pois ele ainda é instigante para se pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas. Mais do que isso, ele contribui para se encarar o espaço urbano enquanto um lugar privilegiado das *trocas* (em amplo sentido, sobretudo, simbólico) e não apenas como lugar da fragmentação, da lógica utilitarista e monetária. A partir daí, proponho o esboço de uma etnografia urbana que tem como pano de fundo uma noção maussiana das *trocas*. Dar início à observação participante significa também fazer uma aposta na *dádiva*, não apenas observar sua circulação entre os sujeitos pesquisados, mas tecer com eles laços de reciprocidade que de alguma maneira instauram a tríplice obrigação de *dar-receber-retribuir* (não necessariamente bens materiais, mas, sobretudo, gentilezas, cumprimentos, elogios, convites, informações, escutas, confidências, confiança...).

Utilizo-me de Claude Lévi-Strauss (2002) para pensar os sistemas simbólicos e classificatórios na vida urbana, visto que nos processos de construção de visibilidade/invisibilidade subjazem maneiras de ordenar intelectivamente o mundo. Mais especificamente, trata-se de um exercício de pensar o graffiti/pichação através de “uma leitura pós-estruturalista do estruturalismo” (Viveiros de Castro, 2008). Como? A dicotomia entre graffiti e pichação tende a dar o tom do debate público sobre o tema e parece ser reflexo dos mecanismos mais elementares do ato universal de classificar, de colocar o mundo em estrutura: legal/ilegal, belo/feio, limpo/sujo, certo/errado... Entretanto, os termos dessa dicotomia, assim com os pares de oposições levi-straussianos, não se encerram sobre si mesmos. Essa leitura “pós-estruturalista do estruturalismo”, proposta por Viveiros de Castro (2008), inspirada no conceito de *rizoma* da dupla Félix Guattari e Gilles Deleuze (2000), guiou meu trabalho de campo

junto aos grafiteiros/pichadores de Santa Maria, mostrando transbordamentos em relação ao fechamento, um desdobramento caleidoscópico desse conjunto de simples oposições binárias, apontando, assim, para uma lógica contingente, relacional e complexa de interpretação e conceituação. Assim que coletava esses percursos práticos na cidade, observei um jogo simbólico desenhar-se nas várias triangulações das linhas que me propus analisar que não podiam deixar de chamar minha atenção sobre a profusão de maneiras de interpretar e ordenar intelectivamente o caos sensível em torno da pichação/graffiti.

A loja de *street art*: a pichação/graffiti sob a Mirada de uma leitura pós estruturalista do estruturalismo

Observar as formas pelas quais se dão as *trocas*, como os sujeitos (e a dádivas) se inserem e circulam na paisagem urbana, como assinala José Magnani (2005), é uma das principais características da antropologia urbana. Nesse sentido, em caminhadas pela cidade, procurei mapear os pontos de encontro dos pichadores/grafiteiros de Santa Maria e escolher um deles para dar início à aproximação. Foi escolhida uma loja que, de acordo com sua página do Facebook, é especializada em “cultura urbana, graffiti e street art”, localizada no Bairro de Fátima, aos arredores do centro.

O dono da loja é um grafiteiro/pichador bastante conhecido na cidade e um dos principais interlocutores na pesquisa. O estabelecimento funciona de segunda a sábado, em horário comercial. Além da comercialização de materiais de pintura (sprays, tintas, rolos, canetas, cadernos...), são organizadas no local algumas exposições, oficinas, debates e *happy hour* nas noites de sexta e sábado. Assim como as interações entre os interlocutores da pesquisa, observei que a ambiência do lugar também tinha algo importante a dizer sobre as *visibilidades/invisibilidades*, sobre aquilo que é dado a ver e aquilo que é ocultado, ou seja, sobre a construção da inteligibilidade dos acontecimentos (Rancière, 2005) acerca da pichação/graffiti. Este trecho do meu diário

de campo de 07 de fevereiro de 2014 ilustra esse jogo de luz e sombra e a tensão entre termos binários de classificação a partir da observação das paredes da loja:

Alguns avisos nas paredes da loja chamaram a minha atenção. Acima da prateleira de sprays há um aviso: “Pichação é crime, art. 65 da lei número 9.605/98. Proibida a venda a menores de 18 anos. Apenas para pais, responsáveis legais e contratantes. Não insista, obrigado.” Ao lado, um aviso complementar: “Tenha em mãos: endereço completo com CEP; endereço de email; CPF e RG”. Em outra parede há um anúncio das oficinas que a loja pretende oferecer: “Inscreva-se nas seguintes oficinas: graffiti (iniciante); graffiti (letras); graffiti (personagens); stencil (molde vasado); ioiô (iniciante); DJ (iniciante); fotografia pro. (iniciante)”. Nesses dois casos é possível perceber uma separação clara entre pichação e graffiti. Lembrei da página da loja no Facebook, onde na descrição diz: “cultura urbana, graffiti e street art do Brasil e do mundo”. No entanto, há um quadro na parede ao lado da geladeira com a frase “Viva o grapixo art”... e nas estampas de duas camisetas que estavam à venda também é possível ver essa espécie de mistura e desdobramento das classificações, a afirmação do pixo, do rabisco e dos bombs... As estampas de algumas delas dizem: “Rabiskx Graffiti Bombardeio Pixo”, “Rabiskx I Love (a imagem de um coração com um spray dentro) Writing In The City”, “Um salve aos verdadeiros do Graffiti Bombardeio Pixo” e “Rabiskx meu estilo minha arte vem das ruas!”.

Por parte da loja, enquanto estabelecimento comercial, há a necessidade de adequação à norma, de construir sua visibilidade oficial a partir da classificação estatal, ou seja, a que distingue pichação (ilegal, não autorizada, crime) e graffiti (legal, autorizado, arte); mais especificamente, mostrar-se como um lugar que trabalha com *street art* (arte de rua). No entanto, essa iniciativa de adequação à norma por parte da loja (e a tentativa de tornar invisíveis os trânsitos, os desdobramentos entre as duas classificações, a profusão e a mistura das práticas e conceituações que estão no limiar do legal e do ilegal) é endereçada principalmente aos burocratas da fiscalização municipal e aos visitantes “de primeira viagem”, pois, para quem está mais atento e familiarizado com os termos e gírias próprios dos pichadores/grafiteiros, os transbordamentos em relação à dicotomia saltam aos olhos em qualquer mirada. Como bem assinalou Clifford Geertz (1978), é importante saber distinguir uma “piscadela” de um “tique nervoso”. Os avisos colados nas paredes da loja, que tratam pichação e graffiti como pares opostos, encenam uma espécie de “piscadela” entre os pichadores/grafiteiros, pois estes sabem muito bem que as coisas são mais complexas.

Tal questão aponta para a importância de o etnógrafo estar atento à visualidade ambiente, às pistas que os artefatos sugerem, pois, como neste caso, elas borram as fronteiras entre sujeito e objeto, material e imaterial, compondo, assim, um arsenal de imagens e signos possíveis para os processos de *bricolage* (Lévi-Strauss, 2002), para a formulação de categorias de pensamento que tentam ordenar o caos sensível. O olhar atento a essas nuances pode antecipar e reforçar a percepção de outras maneiras de classificar e conceituar encontradas em campo por outras vias, por exemplo, em conversas e entrevistas. Essa distinção e, ao mesmo tempo, esse trânsito entre as classificações pichação (crime, ilegal...) e graffiti (arte, legal...), em um jogo de visibilidade/invisibilidade, assim como a variedade e mistura de termos (grapixo art, rabisco, bombardeio, pixo...) inscritos em tais artefatos (nos avisos, anúncios, quadros, camisetas...) espalhados pelo interior da loja, também se reproduzem nas falas dos grafiteiros/pichadores.

Imagem 1 – “Pichação é crime”, aviso afixado na parede da loja de *street art*

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Imagem 2 – “Viva o grapixo art”, quadro afixado na parede da loja de *street art*

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Imagem 3 – “Rabiskx Graffiti Bombardeio Pixo”, detalhe em camiseta exposta na loja de *street art*

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

No balcão, junto aos materiais de pintura, chamou a minha atenção uma espécie de peça de ferramental, uma miniatura de vagões de trem de carga, muito parecidos com os que circulam pela cidade. Perguntei ao dono da loja: “e este trenzinho, quanto custa?”. Ele respondeu: “esse não está à venda, é só para demonstrar a paixão que tenho por pintar trens, tem valor sentimental”. Essa referência aos trilhos e trens também aparecia em alguns *tramos* de outro pichador/grafiteiro que estavam expostos nas paredes da loja. Trata-se de pinturas feitas em pequenas peças de madeira, penduradas

como se fossem quadros, que remetem ao graffiti/pichação nos vagões que passam pela cidade. Levando-se em conta que a pichação/grafitagem de trens ocorre de forma ilegal em Santa Maria, esses artefatos (o trem miniatura e a exposição dessa série de peças de madeira que tematizam a linha férrea) também aparecem na loja como signos que contradizem o aviso legalista afixado na parede. Em outras palavras, as referências ao trem também denotam uma “piscadela” (Geertz, 1978).

Imagem 4 – “Trem miniatura”, balcão da loja de *street art*

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Imagens 5 e 6 – “*Trampos de trens*”, *trampos* expostos nas paredes da loja de *street art*

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Os cadernos e *folhinhas* dos pichadores/grafiteiros também são artefatos dignos de atenção. Em cima do balcão da loja havia alguns deles, recheados com *tags*, colagens e desenhos de grafiteiros/pichadores e *crews* (grupos de pichadores/grafiteiros) que frequentam a loja. Ao lado de algumas *tags* havia a indicação da cidade de origem da

crew ou do pichador/grafiteiro visitante: “Floripa” (Florianópolis) e “Rio” (Rio de Janeiro), por exemplo. Boa parte das páginas tinha as assinaturas acompanhadas de uma saudação para o dono da loja, “Salve!” e “É nós!”, as mais comuns. Alexandre Pereira (2005) e Lucenira Kessler (2008) já afirmaram em suas etnografias sobre pichadores/grafiteiros, respectivamente, de São Paulo e Porto Alegre, que os cadernos e as *folhinhas* são um dos principais modos de tecer a rede de pertencimentos e sociabilidades entre esses sujeitos. Tal rede extrapola, portanto, os limites físicos e a contiguidade do espaço urbano ao ligar simbolicamente cidades de diferentes regiões do país. Nos encontros de pichadores/grafiteiros, observei que os cadernos e *folhinhas* circulam de mão em mão, como *dádivas*: 1) o pichador/grafiteiro assina sua *tag* no seu próprio caderno/folhinha; 2) ele passa o caderno/folhinha para outro pichador/grafiteiro, que deve recebê-lo, retribuindo com sua *tag*, passando-o adiante; 3) e aquele também deverá receber, assinar e passar adiante os cadernos/folhinhas de outros pichadores/grafiteiros; 4) ao final do encontro, cada caderno/folhinha retorna ao seu respectivo dono.

Mas, afinal de contas, qual é o significado disso? O que está sendo trocado nessa circulação de cadernos/folhinhas? Qual é o prestígio e o valor de tais trocas? Ter cadernos/folhinhas com muitas *tags* de outros pichadores/grafiteiros, assim como assinar os cadernos/folhinhas de outrem, significa a afirmação da presença nos *rolês*² e de pertença ao grupo, visto que a participação nesses mosaicos de assinaturas de rua transpostos para o papel pressupõe o domínio de seus códigos e técnicas. Trata-se também de uma prova literal da presença, pois, em certa medida, esses cadernos/folhinhas funcionam como uma espécie de ata de presença do *rolê*. A “força” ou “espírito” da coisa que circula, dos cadernos/folhinhas, é o espírito da presença, ou

² Dentre as principais gírias dos pichadores/grafiteiros está o *rolê*, que pode ter pelo menos três significados, dependendo do contexto em que for empregada. “Dar um *rolê*” pode ser traduzido como “sair pela rua para pichar/grafitar”; mas *rolê* também pode fazer referência aos pontos de encontro dos pichadores/grafiteiros na cidade, ou melhor, à frequência com que o pichador/grafiteiro é visto e dado a ver perante seus pares nesses espaços de sociabilidade, uma questão de *visibilidade*: “encontrar a galera no *rolê*”, “faz tempo que não te vejo no *rolê*”, “nunca vi esse cara no *rolê*”, “ele sumiu do *rolê*”. Outro sentido para a gíria é o de pertencimento e reconhecimento, “eu sou do *rolê*”; “os que são do *rolê*”.

melhor, da afirmação do estar junto, de dar-se a ver enquanto *tag* e enquanto corpo perante os pares ali presentes. Muitas vezes, acontece de um pichador/grafiteiro já ter visto certa *tag* na rua, pichada/grafitada em algum muro, mas não saber quem é o seu autor, e é nesse sentido que a circulação de cadernos/folhinhas nos *rolês* pode funcionar como um mediador de encontros face a face entre pichadores/grafiteiros desconhecidos entre si até então. A circulação de cadernos/folhinhas carrega também o peso da obrigatoriedade, de não quebrar a corrente, embora sempre haja uma incerteza estrutural na circulação das *dádivas*. Mais especificamente, uma margem de liberdade relativa que os membros de uma coletividade têm para entrar ou sair dos sistemas de obrigações, algo que pode significar a passagem de um estado de paz para o de animosidade, da formação à deformação de laços sociais.

Além da frequência ao *happy hour* semanal, a participação em uma série de oficinas de graffiti promovidas pela loja de *street art* serviu para estreitar os laços de reciprocidade e potencializar o processo de imersão na observação participante. Assim, além de aprender as técnicas do graffiti/pichação, “o *know how* nativo”, também foi possível ampliar a rede de interlocutores. Várias pessoas se inscreveram nas oficinas, mas poucas foram aos encontros, apenas três (um menino de 10 anos, outro de 17 e um rapaz de 29), e todos eram iniciantes. Em cada encontro da oficina foi cobrado pela loja o valor de R\$25 por participante. Foram quatro encontros, nas noites de terça-feira, que culminaram em um “mutirão de graffiti” (que reuniu em torno de 50 pichadores/grafiteiros) para pintar (de forma autorizada) os muros de uma escola estadual na zona norte da cidade. Todas essas interações permeadas por *trocas*, pela tríade *dar-receber-retribuir*. Dentre as *dádivas* circulantes: convites para pintar, materiais de pintura emprestados, caronas de moto, trocas de informações e elogios, cigarros colocados na roda... Assim, ao longo dos encontros, os interlocutores iam mostrando, desenhando e redesenhando suas concepções sobre graffiti/pichação.

Nas oficinas, o dono da loja sempre procurou frisar que ele vem do “movimento da pichação” e reconhecer que ela está na “origem do graffiti”, afirmando, no entanto, que hoje se identifica mais com este do que com aquela. Ele disse:

A pichação dá muita adrenalina. Quando a pessoa tem entre 14 e 18 anos, ela quer e precisa fazer parte de um grupo. Ver a assinatura espalhada pela cidade dá uma sensação muito boa, tem muitos riscos, no início isso é bom, mas depois isso vai passando e o cara vai entrando em outras.

O interlocutor também comentou que já teve problemas com a polícia por causa da prática não autorizada e que, atualmente, só faz intervenções com autorização. Assinalou várias vezes que não quer incentivar as pessoas à pichação, prática que ele adjetivou como “não autorizada, ofensiva”. Ele também afirmou e lamentou o fato de que “as coisas mudaram, hoje existem algumas rixas e brigas entre grupos por causa da pichação em Santa Maria, coisa que não existia antes”. Percebi que, nessas interações, o dono da loja procurava dar *visibilidade* em suas falas à “origem ilegal” do graffiti e de sua trajetória pessoal enquanto praticante. Ao mesmo tempo, todas as vezes que ele fazia referência aos perigos da pichação, fazia-o com o olhar direcionado para os dois participantes que eram menores de 18 anos, como quem alerta: “não façam isso, crianças”. Nesse trânsito entre as definições, entre pichação e graffiti, entre ilegal e legal, observei que outros pares opostos de classificação iam sendo acionados pelo interlocutor: antes/depois, criança/adulto, paz/guerra...

Perguntei ao menino de 17 anos que participava das oficinas se ele saía para pintar na rua, e ele disse: “nunca pichei na rua, não quero fazer na casa dos outros aquilo que eu não quero que façam na minha”. Mas, em seguida, ele contou sobre ter saído uma única vez com a intenção de pichar juntamente com uns colegas de escola. Disse que foi uma experiência “traumática”, mal sucedida, visto que, antes de consumarem o ato, tiveram que correr de um grupo de pichadores armados com facões e que gritavam “o que vocês querem na nossa área?!”. Enquanto o interlocutor narrava essa experiência, um dos polos da dicotomia, a pichação, se desdobrou nos binômios eu/outro, respeito/desrespeito, nós/eles, erro/acerto.

Imagem 7 – “So + Pixo (Sou mais pixo)”, pichação/graffiti em muro de escola, Rua Olavo Bilac

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Imagem 8 – “Somos todos grafiteiros”, *stencil* em parede de paróquia, Rua Professor Teixeira

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Imagem 9 – “Poluição visual”, pichação/graffiti em muro de escola, Rua Olavo Bilac

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2014.

Para além das oficinas, ao longo dos dias que frequentei a loja, percebi que existiam ambiguidades nos discursos de alguns pichadores/grafiteiros em relação à repressão policial. Embora muitos deles afirmassem estarem apreensivos com a possibilidade de ocorrerem novas operações policiais anti-pichação³, relatos que enalteciam o envolvimento em *atraques* (abordagens policiais) eram um dos assuntos mais frequentes nas rodas de conversa. Isso reforça a ideia de Ricardo Campos (Ricardo Campos, 2009) em relação à *visibilidade/invisibilidade* no graffiti/pichação, pois há

³ Entre 2012 e 2013, houve, respectivamente, a “Operação Cidade Limpa” e a “Operação Rabisco”, dois empreendimentos do poder público (Polícia Civil e Prefeitura Municipal de Santa Maria) no sentido de tentar coibir a prática da pichação. Dezenas de mandados de busca e apreensão foram feitos nas casas de suspeitos. Por outro lado, na mesma época das operações, começou também o que alguns pichadores/grafiteiros chamavam de “nova onda” ou “nova geração”, que trouxe como uma de suas características o fato de ser fortemente marcada por influências estilísticas da pichação paulista (letras pontiagudas, um alfabeto próprio, feitas no alto dos prédios).

uma atitude de desconfiança do pichador/grafiteiro em relação às exterioridades do grupo, circunstâncias em que é melhor passar despercebido, mas, ao mesmo tempo, “estar na mira dos tiras” é algo digno de orgulho, de dar a ver, uma questão de risco e reconhecimento em relação aos seus pares, algo que, na gíria dos pichadores/grafiteiros, “dá ibope”. Em suma: um jogo de luz e sombra, fama e anonimato. E aqui, novamente, os polos das dicotomias se desdobram: não se trata da busca das sombras de um anonimato absoluto, oposto às luzes da fama, mas da criação de uma nova identidade, destinada à fama, através da criação de uma *tag* (assinatura ou nome das ruas).

Entre as maneiras de classificar do Poder Público, dos empresários e dos moradores comuns predominam os pares de oposições binárias mais simples, ou seja, os discursos sob a lógica excludente do “ou”, que pressupõem um antagonismo entre pichação e graffiti: grafiteiro X pichador; arte X crime; belo X feio; limpo X sujo... Por outro lado, em meio aos grafiteiros/pichadores com os quais conversei é possível apontar outros vieses. Dois dos interlocutores classificam a si mesmos como “artistas criminosos”, classificação que transborda a lógica excludente do “ou” (arte ou crime, arte X crime...) e aponta para a lógica aglutinadora do “e” (arte e crime). Sobre a diferenciação entre graffiti e pichação um deles coloca que: “A única diferença é na técnica. Mas no fundo a essência é a mesma. É tudo arte”. O outro aponta distinções relativas à subjetividade de cada grafiteiro/pichador:

No passado eu não conseguia ver a diferença entre as duas práticas. Hoje em dia essa distinção é gritante aos meus olhos, isso se deve ao fato de que essa diferença não pode ser vista e sim sentida [...] não tenho como explicar essa diferença, pois essa percepção se dá em cada indivíduo imerso nesse contexto.

Alguns interlocutores sugerem o inominável, uma transversal, dentre eles, um que disse: “Eu gosto de riscar pela rua. É uma ação de inspiração e impulso. Não tem nome. Uns chamam de pichação, outros, graffiti”. Para um dos principais pichadores/grafiteiros interlocutores da pesquisa, há dicotomias paralelas à dicotomia pichação/graffiti, como antes/depois, vândalo/artista, impulsivo/racional:

Falar grafiteiro é meio forçado. Eu pinto. Sou artista. No início era vandalismo mesmo, mas agora faço muito mais coisas. Hoje penso muito mais no que vou fazer do que simplesmente chegar e 'vomitar' na rua.

Uma das interlocutoras classifica a si como “pixadora, com x”, porque, para ela, “a pixação com x não é só uns riscos nas paredes, é um movimento, uma identidade cultural transgressora”, mas isso não é tudo, “também faço coisas autorizadas e coloridas de vez em quando, bomb, graffiti, grapixo...”, completou. Outra pichadora/grafiteira se refere ao graffiti e à pichação como “arte de rua” e, ao mesmo tempo, diz: “eu não me considero grafiteira, acho que não tenho produção suficiente pra isso, mas a minha vivência no meio é tão grande quanto à do cara que tá ali fazendo graffiti todo dia”. Para esta interlocutora, a vivência é central, algo que a coloca junto aos “artistas de rua”. Ela acomoda o graffiti e a pichação no grande balaio da “arte de rua”, ao lado de músicos, malabaristas, mágicos e humoristas de rua, ou seja, ao lado daqueles que, em relação à dicotomia *dentro/fora*, estão do lado de fora (na rua) e, em sua maioria, no limiar entre legal e ilegal. Outro interlocutor, especialista em pichar/grafitar no alto dos prédios, também transita entre os termos (graffiti, pixo, *street art*, pichador...) para definir a si e sua prática, mas um deles é bastante peculiar: “ladrão de paredes”.

Um dos precursores da pichação/graffiti em Santa Maria, diz que “pichação e graffiti têm diferenças estéticas, mas no fundo estão no mesmo fluxo”. Ele define a prática como sendo um “vandalismo poético” e sua relação com a rua como “uma poética do particular coletivo” ou “manifestação de liberdade urbana”, sendo “Total Vandal” uma de suas *tags* – termos estes que borram as fronteiras entre vandalismo e poesia, entre público e privado. Ele conta que, nos primeiros anos de prática, assim como outros grafiteiros/pichadores, preferia pintar em lugares sem autorização dos proprietários, ou seja, de forma ilegal, mas, com o passar do tempo e com o aprimoramento das técnicas de desenho e pintura, ele começou a dar preferência às pinturas autorizadas, como uma forma de gerar renda. Nesse trânsito entre ilegal e legal, as classificações tendem a se embaralhar novamente.

Imagem 10 – “Ladrão de paredes”, pichação/graffiti em parede de residência, Avenida Fernando Ferrari

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2015.

Por mais que os pichadores/grafiteiros transbordem as classificações dicotômicas, através de múltiplas categorizações para definirem suas próprias práticas, a publicização das pinturas feitas por eles, quando patrocinadas por algum mecenato estatal-empresarial, tende a ser feita pela mídia local de forma a reforçar as classificações sob a excludente lógica do “ou”, pressupondo um antagonismo entre pichação e graffiti. *Total Vandal* foi contratado por uma construtora, em parceria com a prefeitura e com uma agência de comunicação, para fazer um mural de 12 andares em um prédio, no centro da cidade. A feitura do mural ganhou as páginas dos jornais locais,

e uma foto do prédio pintado foi usada na publicidade de uma loja de iluminação. Aos olhos da publicidade e dos jornais locais, o pichador/grafiteiro, quando em parceria com o mecenato estatal-empresarial, deixa de ser um “Total Vandal” e passa a ser classificado como “grafiteiro”, ou melhor, “artista”, ao mesmo tempo em que seu “vandalismo poético” e sua “poética do particular coletivo” são invisibilizados e reduzidos a um dos pares das dicotomias mais simples: um dos jornais diz que se trata de um “grafite” para “desviar o foco da pichação”, enquanto a publicidade, utilizando-se de uma citação do arquiteto Oscar Niemeyer, diz ser o mural justificável porque “cria beleza”, por estar do lado do “belo”. Outros pichadores/grafiteiros criticaram o projeto. Sobre essa visibilidade construída pelas mídias locais, o pichador/grafiteiro que fez o mural reclamou em seu perfil, nas redes sociais, da abordagem feita por elas: “não é ‘grafite’, como disseram, é muralismo, e eu jamais faria parte de um projeto para combater a pichação”.

Entre os grafiteiros/pichadores, pode haver também uma inversão dos pares opostos para classificar os *outros*, os de *fora* do grupo, aqueles que não são *nós*. Aquilo que é tido hegemonicamente como ordeiro passa a ser criminoso, o pacífico como violento, o belo enquanto feio, a depredação trona-se agregação... Em meio a classificações depreciativas como “vândalos” e “poluição visual”, um dos pichadores/grafiteiros rebate: “a violência visual da publicidade é muito maior. Eles usam outdoor, frontline, uma placa em cada esquina. É desleal”. Em relação às suas pinturas não autorizadas, outro deles diz:

Não me vejo como criminoso. Não sou mais criminoso que quaisquer outras práticas visuais da cidade. Isto é um crime visual: quando começa a rolar uma onda de prédios pintados de cor pêssego (risos). Quando você risca e pinta na rua, você não está depredando o patrimônio. Pelo contrário, você está acrescentando uma camada de tinta à parede, agregando valor ao imóvel.

Enfim, esses são alguns dos muitos exemplos de que, em casos de adesão intencional a padrões de comportamento que são hegemonicamente classificados enquanto desviante, é comum não haver uma renúncia total às classificações depreciativas e rotulações. A partir delas são redefinidos de múltiplas formas os

sentidos de se ser grafiteiro/pichador e os elementos de distinção social, ou seja, as classificações são (re)significadas, (re)interpretadas de acordo com a experiência de cada grafiteiro/pichador. Assim, a relação que os grafiteiros/pichadores estabelecem com as classificações e rótulos que lhes são colocados não é a de simples oposição binária: parece ser muito mais uma (re)existência entre tais atributos do que uma resistência termo a termo. Os grafiteiros/pichadores não só subvertem, mas, sobretudo, subversionam, ou seja, criam versões menores, sub-versões, processos de *bricolage*. No mesmo sentido apontado por Lévi Strauss (Lévi-Strauss, 1968) em *O Triângulo Culinário*, as simples oposições binárias (tais como cru/cozido) não são o fim, mas o começo, ou melhor, são formas de colocar o mundo em estrutura, marcadas por uma lógica contingente, relacional, fractal, reticente...

Imagem 11 – “O q é belo p/ mim, pode não ser p/ você!!!”, pichação/graffiti em parede de igreja, Rua Silva Jardim

Fonte: Rodrigo Nathan Romanus Dantas, 2015.

Um domingo na zona norte

A oficina de graffiti que participei na loja de *street art* culminou, após os quatro encontros, em um “mutirão de graffiti” (que reuniu em torno de 50 pichadores/grafiteiros) para pintar (de forma autorizada e não remunerada) a parte externa dos muros de uma escola estadual, na zona norte da cidade. Cheguei à Praça Estado de Israel, onde fica a escola, às 9 da manhã de um domingo frio e ensolarado, dia 27 de abril de 2014, como combinado.

Dias antes, quando fiquei sabendo sobre o local do mutirão, fazia pouca ideia de como chegar lá, e assim procurei manter meu desconhecimento até o dia marcado. Eu só sabia o nome da praça, e que ela ficava no Bairro Salgado Filho. Sabia que, saindo da minha casa, na Rua Barão do Triunfo, Bairro de Fátima, próximo à Praça dos Bombeiros, poderia descer algumas quadras pela Avenida Borges de Medeiros, em direção ao morro, dobrar em alguma rua à direita e caminhar mais algumas quadras bairro adentro. Esse relativo desconhecimento me fez andar mais atento ao *trajeto*, olhar a cidade com maior acuidade, permitir-me entrar em ruas erradas, andar quadras a mais e ter que voltar, andar errático: “será que dobro aqui ou ali?”, aventurar-me em uma área da cidade que até então nunca havia percorrido. Perceber em cada passo dado a gradual mudança da paisagem: dos condomínios, das ruas bem asfaltadas das áreas centrais, esvaziadas nas manhãs de domingo, rumo às vias esburacadas da periferia, cruzando por casas pequenas abarrotadas de gente, com cães que ladram e perseguem os forasteiros rua afora, passando por várias mercearias movimentadas pelo fluxo de moradores indo e vindo comprar carne, carvão e cerveja para o tradicional churrasco de domingo, realizado preferencialmente do lado de fora das residências ou nas calçadas. Levei em torno de uma hora até chegar à Praça Estado de Israel, um local abandonado pelo poder público, com a grama alta, poucas árvores e equipamentos (bancos, brinquedos e quadras esportivas) deteriorados.

Havia em torno de vinte pichadores/grafiteiros quando cheguei ao local. Alguns estavam preparando o material, misturando tintas em galões, enquanto outros

conversavam sobre suas marcas (fabricantes) de tintas preferidas. O dono da loja de *street art* estava instalando uma caixa de som no meio da praça, ligada a um microfone e um celular, de onde eram emitidos alguns recados e as ondas do rap que embalou as pinturas ao longo do dia. Junto à caixa de som, havia alguns produtos à venda: tintas, cerveja, refrigerante e água, além de uma camiseta para ser sorteada no final do evento. Às 10 horas ele reuniu o pessoal no centro da praça para dar as instruções de como a pintura do muro iria proceder. Ficou combinado que cada pichador/grafiteiro teria direito a 3 metros de muro para pintar. Pediu para que não se fizesse nenhuma mensagem ofensiva, para “preservar a comunidade”. O organizador sugeriu também que os pichadores/grafiteiros se misturassem, para que aqueles que estavam acostumados a dar *rolê* junto se separassem, a fim de que interagissem com outros, pois vários ali não se conheciam. Assim que os pichadores/grafiteiros começaram a ir para o muro, ele virou para mim e disse: “e tu também pode escolher uma parte para pintar”. E um dos garotos que havia participado das oficinas: “vem pintar também!”. Fiquei confuso: “pintar ou não?”, titubeei. Pintar junto poderia borrar as fronteiras entre pesquisador e pesquisado, e isso seria bom ou ruim? Poderia perder de observar muitas coisas se me detivesse a pintar, portanto pareceu-me mais fecundo circular ao longo do muro, entre os pichadores/grafiteiros em ação, caminhar pelo bairro, observar as reações dos moradores e suas interações. Mas, como negar o convite? Como não receber a *dádiva* dada sem correr o risco de quebrar os laços com os interlocutores? Acabei respondendo: “valeu pelo convite, mas não vou pintar, prefiro *retribuir* registrando o *rolê*, tirando fotos e fazendo vídeos”. “Beleza, tu que sabe, é importante registrar mesmo, mas, se mudar de ideia, é só pegar tinta aqui”, respondeu o organizador compreensivamente.

A maioria dos pichadores/grafiteiros utilizou rolos de pintura, fizeram *grapixos* (letras alongadas, estilo *pixação*, só que coloridas), poucos fizeram seus *trampos* com spray (estilo graffiti clássico), e essa diferença não é apenas um detalhe: entre os que estavam pintando com rolos, observei algumas conversas do tipo: “viram os *trampos* ali do lado, feitos só com spray? Tem que ser muito foda pra usar spray, eu não consigo, fica tudo borrado, daí eu fico só no rolinho mesmo”. Dominar a técnica do spray é um

elemento de distinção entre os pichadores/grafiteiros, gera admiração e reconhecimento. A dicotomia entre spray e rolinho não é estanque, quem usa spray também usa rolinho, mas o domínio da técnica do spray evoca e sublinha a distinção entre “os da antiga” e os das “novas gerações”. Além dos traçados de tinta no muro, alguns pichadores/grafiteiros também aproveitaram o encontro para trocarem *stickers* (pequenos adesivos artesanais) e *zines* (pequenas revistinhas com desenhos de graffiti/pichação). A produção e troca de tais artefatos também é um elemento de reconhecimento e distinção. Uma das pichadoras/grafiteiras, embora não estivesse pintando com spray – apenas com rolinho, exibia com orgulho os *stickers* que troca com algumas *crews* da França, despertando “inveja branca” em outra pichadora/grafiteira, que exclamou: “como assim?! Também quero meu *sticker* colado nas ruas da França! Pode ir passando pra mim esses contatos!”.

Entre as pinceladas e os jatos de tinta, a ambiência era composta pela batida do rap, pelas conversas entre os pichadores/grafiteiros e pela fumaça dos baseados, fumados sem nenhum constrangimento de dar-se a ver fumando perante os moradores, que, por sua vez, pareciam indiferentes ao cruzar pelas rodas de fumo que se formavam ao longo do muro e com elas compartilhar a praça. Várias crianças da comunidade observavam de perto os pichadores/grafiteiros, e os moradores das casas vizinhas, sentados em suas cadeiras de praia nos pátios, emprestavam o banheiro de bom grado aos pichadores/grafiteiros, quando solicitados, visto que não havia banheiros na praça. Em uma das conversas, uma das pichadoras/grafiteiras comentou: “a globalização é foda, cheguei para usar o banheiro de uma casa que tava caindo, que tava aos pedaços, mas tinha TV de plasma na sala”. Seguiu-se daí, nessa roda, um papo sobre como “o sistema aliena” e sobre “como tudo ainda é uma questão de ‘pão e circo’”. Por conseguinte, a oposição binária entre “nós”, os “esclarecidos”, e “eles”, os “alienados”.

Ao longo do dia, houve um revezamento dos pichadores/grafiteiros, a maioria dos que estavam pela parte da manhã foi embora ao meio dia. A partir daí, outros chegaram para fazer seus *tramos*. Depois das 16h30min, começou um fluxo maior de moradores pela praça: mães que acompanhavam suas crianças nos brinquedos

deteriorados da pracinha, garotos andando de skate e bicicleta sobre o que ainda restava do concreto da quadra de esportes, um grupo de doze adolescentes posando em frente ao muro grafitado/pichado para “tirar uma *selfie* e postar no Face”. Perto as 17h, afastei-me da praça por alguns minutos, caminhei em direção ao morro, mais ao norte, para circular pelas ruas adjacentes e procurar um lugar para comer algo. Cheguei a um antigo armazém de esquina, onde alguns senhores bebiam cerveja e conversavam. Comprei um lanche e observei um cliente, que me viu vindo da praça, comentar com dono do estabelecimento: “tem uma gurizada pintando o muro da escola, ali na pracinha”. “Eu vi, alguns vieram comprar pastel”, respondeu o comerciante, “até coloquei uns risoles a mais para fritar”, completou, com ar empreendedor. Outro cliente entrou na conversa: “o filho da minha vizinha tá sempre em função dessas pichação, acho que ele ainda não ‘pegou quartel’, porque, quando pegar, vai ter mais o que fazer”, em tom de galhofa. “Mas até que está ficando bonito o muro”, interpelei-o, jogando com a oposição binária entre belo e feio. “Qualquer coisa que fizerem naquela praça vai ficar melhor do que como está”, concordou. A conversa terminou por aí, e eu segui minha caminhada pelo bairro.

Voltando à praça, percebi que, embora o organizador do evento tivesse pedido para os pichadores/grafiteiros se misturarem na hora de pintar o muro, alguns estavam deslocados. Enquanto pintava, um deles comentou com dois de seus parceiros de muro: “só conheço vocês, sou ‘das antigas’, não sei quem é essa gurizada nova”. Teve outro pichador/grafiteiro que me confundiu com um antigo conhecido seu. Quando me viu, foi logo mostrando uma pasta cheia de desenhos, enquanto fazia referências a supostas conversas que já tivemos. Falei: “acho que tu estás me confundindo com alguém”. O rapaz se deu conta da gafe, mas isso não impediu de seguirmos conversando. Perguntei sobre como iam os *rolês*, e ele disse: “tamo aí, sempre pintando, com ou sem dinheiro... a gente sempre dá jeito de conseguir uma lata, nem que tenha que entrar e pegar ‘emprestado’ por aí, em alguma construção”. “Ah, sim, já vi tua *tag* em vários muros da cidade”, comentei enquanto folheava alguns de seus cadernos de desenho. Sobre o evento, ele disse: “to aí com a galera, com os amigos, mas nem todo mundo aqui é

amigo”, dando a entender que existia alguma rixa entre alguns dos pichadores/grafiteiros ali presentes. Perguntei: “como está a situação das operações policiais anti-pichação?”. O rapaz pareceu ter ficado um pouco incomodado com a pergunta, desconfiado, desconversou, “pois é, eles estão em cima dos caras da pichação, eu dei um tempo na pichação”. Depois disso, pegou o rolo de pintura e voltou-se para o muro, para terminar o *trampo*. Segui caminhando pela praça.

Uma das pichadoras/grafiteiras, com quem eu já mantinha algum contato antes mesmo dar início à observação participante, perguntou se eu já tinha conseguido bastante material sobre pichação/graffiti na cidade e como andava a minha pesquisa. Comentei que, apesar de conhecer vários pichadores/grafiteiros, de participar ativamente das rodas de fumo e de ter recebido o convite para pintar o muro, sentia que alguns deles desconfiavam da minha presença. Ela disse: “realmente, tem uns que desconfiam que qualquer desconhecido possa ser um *P2* (policial infiltrado). Tu pegou um contexto complicado, tá todo mundo meio apavorado com essas operações da polícia”. Em seguida, ela me convidou para marcarmos um *rolê* junto, para que eu a acompanhasse com seu namorado em uma de suas saídas noturnas para pichar/grafitar. A pichadora/grafiteira também comentou sobre a forte presença feminina na pichação/graffiti de Santa Maria, contou sobre um *rolê* que dera com sete “minas”, há alguns dias, e que elas estavam bastante entusiasmadas com um novo material de pintura, um borrifador, uma espécie de extintor de incêndio, cujo jato de tinta é, segundo ela, “tipo uma gozada na parede, fica tudo escorrido”. Eis uma metáfora que remete às sensações corpóreas, ao prazer, ao gozo proporcionado pela pichação/graffiti. Enquanto isso, na conversa da roda ao lado, outra pichadora/grafiteira também mencionava o borrifador ao contar sobre um *rolê* que dera com outra *crew*, dois dias antes, dando visibilidade à sua satisfação em sujar-se.

A gente tomou *atraque* da polícia. Só fomos pegos porque tava todo mundo muito chapado, tinha rolado ‘doce’, ‘pó’ e ‘bauro’ naquela noite. Passei a madrugada na delegacia, mas me diverti muito, cheguei em casa satisfeita! Vocês viram a foto que eu postei no Face, eu toda suja de tinta do borrifador?

Ao mesmo tempo em que os pichadores/grafiteiros demonstravam estar apreensivos em relação à possibilidade de novas operações policiais anti-pichação, havia também certa euforia com essa situação. Em certos momentos, eu mesmo ficava um pouco tenso com a possibilidade de a polícia aparecer e fazer uma abordagem na praça, seja em função do muro (embora a pintura fosse autorizada), seja em virtude do consumo ostensivo de maconha no local. No entanto, observei que algumas coisas apontavam em sentido contrário dessa tensão: os relatos de pichadores/grafiteiros que exaltavam o envolvimento em *atraques*, a publicização de suas transgressões nas redes sociais, a tranquilidade com que se fumava na praça, a reação dos moradores do bairro (que variava da indiferença à aprovação da presença dos pichadores/grafiteiros, em nenhum momento reprovação)... Tudo isso, mais o fato de que, durante todo o dia, nenhuma viatura policial passou por ali, acabava por sublinhar ambiguidades de sentido e colocar em xeque o potencial coercitivo das operações.

No final da tarde, enquanto eu tomava notas em meu caderno, um morador que passava pela praça, um jovem de 18 anos, perguntou se era eu quem havia feito os desenhos que estavam no muro. Eu disse que não e perguntei: “gostou do ‘novo muro’?”. Ele respondeu: “ficou bem legal, vai dar um pouco de vida para esta praça”. Tirou uma *selfie* em frente ao muro grafitado/pichado e foi embora. Em seguida, pus-me a observar o muro de longe, para que meus olhos pudessem abarcar sua totalidade, e notei que a maioria dos pichadores/grafiteiros não preencheu completamente o quadrante que lhes fora destinado à pintura, não fizeram um fundo, deixando à vista partes deterioradas do muro. Dar a ver as falhas do muro pode sinalizar pelo menos duas coisas: os pichadores/grafiteiros estavam mais interessados em marcá-lo com suas *tags* do que recuperá-lo e, principalmente, que em seu senso estético não há uma oposição binária entre deterioração e restauração, entre sujo e limpo.

Às 19h, a maioria dos *tramos* já estavam terminados, e os pichadores/grafiteiros começavam a guardar os seus materiais de pintura. Um deles fez um convite: “vou para a Vila Leste, quem está a fim de voltar pelos trilhos?”. Três pichadores/grafiteiros (dois rapazes e uma moça, os três estudantes de artes visuais)

toparam, e eu, mesmo que o *trajeto* fosse para o lado oposto do caminho de volta para a minha casa, também topei. Quando estávamos indo embora, ainda nas proximidades da praça, outro morador cruzou por nós de bicicleta, homem de cinquenta e poucos anos, e disse: “parabéns gurizada, ficou muito bonita a nossa pracinha”.

Caminhamos até o final da Avenida Oliveira Mesquista e escalamos um barranco de seis metros de altura para chegar à linha do trem, de onde se tem uma vista privilegiada dos bairros Salgado Filho, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. O pichador que fez o convite também fez o papel de guia, visto que, assim como eu, os outros três pichadores/grafiteiros não estavam familiarizados com aquela região da cidade, estavam mais acostumados a dar *rolês* em áreas mais centrais e no Bairro Camobi, no extremo leste da cidade. Enquanto caminhávamos, ele tecia sua narrativa sobre a história da cidade, a partir dos trilhos:

Foi nesta região que nasceu Santa Maria. Além destes trilhos, que têm mais de cem anos e são as veias da cidade, temos uma vista interessante daqui. Se olharmos à esquerda, lá no meio do Perpétuo Socorro, dá pra ver parte da fábrica de refrigerantes Cyrilla, um clássico de Santa Maria, mas desativada há décadas. À direita, por onde a gente passou há pouco, o complexo esportivo Guarany Atlântico, onde já fiz uns *trampos* uma vez, que é uma construção mais recente, de 2003, mas que remete aos times de futebol Guarany e Atlântico, lá da década de 1950. Se não me engano, a Cyrilla era dona de um deles. E mais pra lá, pro lado do Rosário, dá para ver daqui o Moinho Santa Maria, que é uma fábrica muito antiga, dos anos 1950 também, só que esta continua produzindo bastante, vende farinha de trigo para todo o Rio Grande do Sul.

Atravessar o viaduto férreo que passa sobre a Rua Fernandes Vieira foi uma verdadeira aventura. “Muita calma nesta hora, não dá para errar o pé”, alertou o pichador/grafiteiro que nos guiava, “é só não ficar olhando para baixo”, visto que, entre as travessas de madeira (dormentes) dos trilhos, bastante deterioradas, havia vãos por onde corríamos o risco de despencar caso déssemos algum passo em falso. “Acho que tem uns 8 metros de altura por 10 de comprimento. Tem que ter calma para atravessar, só que não dá pra ficar se enrolando muito, porque pode vir o trem... daí ‘já era’”. Na hora da travessia, silêncio e concentração. Frio na barriga, pernas trêmulas e vertigem: tenho fobia de altura. A cada travessa de madeira que eu pisava daquele viaduto férreo,

pensava: “qual foi a última vez que eu me arrisquei tanto assim?”. O cheiro da madeira úmida e mofada das travessas dos trilhos e a sensação de risco me fizeram recriar memórias dos meus tempos de pichador (quando tinha 14 anos de idade), fui tomado por um enrijecimento dos músculos semelhante ao da vez que tive que correr dos tiros de um proprietário enfurecido, naqueles tempos de adolescente. Alívio só ao fim da travessia, ao mesmo tempo em que começava a anoitecer, e um circunstancial espírito de grupo ia a florando entre nós quatro.

O pichador/grafiteiro guia prosseguiu com sua narrativa:

Bah, sou fissurado por trens e trilhos, não apenas para pintar, mas porque acho que eles têm tudo a ver com a cidade. Esses trilhos são as veias de Santa Maria, foi a partir deles que a coisa começou. Quero ver se volto a fazer uns *tramos* em trens. Quando você pinta no trem, quem vai curtir o trem vai ser a galera que tá ligada nessas questões da linha, a grafitação de trens e seus riscos. E aí, o trem vai daqui até o Paraná, por exemplo, e o pessoal que pinta no Paraná vai ver. E daí entra em contato. A gente tem essa conexão também por internet: 'Olha só, teu trem vem aí e a gente vai tirar uma foto aqui'. E os caras da empresa de trens tentam evitar. E quem faz os *tramos* tira fotos e se diverte com isso.

Esse comentário me fez lembrar o trem em miniatura que eu havia visto no balcão da loja de *street art*. “Todo pichador/grafiteiro da cidade gosta de pintar trens, então?”, perguntei. “Acho que não, isso é mais para quem é ‘das antigas’, as novas gerações preferem riscar muros e escalar prédios”, respondeu o pichador/grafiteiro guia. “Eu nunca pinte em trens”, “eu também não”, responderam os outros pichadores/grafiteiros, que eram mais novos. Em seguida, ao falar sobre andar nos trilhos à noite, aquele destacou que a prática instiga outras formas de percepção, invertendo a dicotomia entre luz e escuridão, no sentido do seu alargamento com esta e de seu ofuscamento com aquela.

Esse escuro, longe dos postes de luz e calçadas, lembra um pouco a nossa forma de visão mais primitiva, e a forma como as pessoas cruzam umas pelas outras nos trilhos é diferente de quando se cruzam na rua. Aqui, geralmente as pessoas se olham e se cumprimentam, mesmo quando não se conhecem. Não tem como não perceber o outro.

Caminhamos pelos trilhos até a antiga Estação Ferroviária, onde nos separamos. O pichador/grafiteiro guia seguiu pela linha férrea até a Vila Leste, enquanto eu e os outros três pichadores/grafiteiros subimos a Avenida Rio Branco em direção ao centro. Eles pegaram um ônibus para o Bairro Camobi, e eu desci a Rua Doutor Bozzano em direção ao Bairro Nossa Senhora de Fátima. No caminho de volta para casa, procurei fazer um balanço sobre o dia. Destaquei os seguintes pontos: 1) As maneiras dos pichadores/grafiteiros construir suas visibilidades/invisibilidades são diversas, ambíguas e colocam em xeque o potencial coercitivo das operações policiais anti-pichações; 2) Diante do descaso do poder público em relação à praça, a pintura do muro pelos pichadores/grafiteiros é bem aceita pelos moradores do bairro, e isso acaba por inverter circunstancialmente a percepção do vandalismo: vândalo é o poder público; 3) Os pichadores/grafiteiros redesenham a cidade, seja com seus traçados de tinta, seja com suas maneiras de recriar memórias, de narrar a cidade e seus moradores.

O delinear de algumas conclusões

Aspecto central dessas vozes são os transbordamentos em relação à dicotomia entre graffiti (legal, “arte”, “bonito”...) e pichação (ilegal, crime, “feio”...) estabelecida pelo Estado, pelas empresas e pela maioria dos meios de comunicação. Como vimos, os pichadores/grafiteiros transitam entre as duas práticas e classificações, indo inclusive para além delas (o *grapixo*; a colagem de *stickers*; produção e colagem de *zines*...). A maioria dos pichadores/grafiteiros risca, cola e pinta os muros e paredes da cidade sem autorização dos proprietários, o que não os impede de também o fazer de forma autorizada, quiçá, remunerada. Em outras palavras, os grafiteiros (os dentro da lei), aqueles que fazem trampos autorizados, são ou foram pichadores (fora da lei), fazem ou fizeram trampos ilegais em algum momento de suas trajetórias, ou seja, infringem ou já infringiram a lei e, portanto, também passam ou já passaram por frequentes processos de acusação e rotulação públicas: “vândalos”, “criminosos”, “bandidos”... Eis o principal argumento para o uso que fiz nesta etnografia dos termos “pichação/graffiti” e

“pichadores/grafiteiros”. O emprego da grafia dos dois termos unidos e, ao mesmo tempo, separados pelo sinal gráfico de uma barra, foi uma tentativa de sublinhar no texto o fato de que, em Santa Maria, as fronteiras que separam as duas classificações são bastante porosas.

Não há uma renúncia total às classificações depreciativas e rotulações, por parte dos pichadores/grafiteiros. A partir delas são redefinidos de múltiplas formas os sentidos de se ser praticante da pichação/graffiti e os elementos de distinção social. Em outras palavras, as classificações são (re)significadas, (re)interpretadas de acordo com a experiência de cada pichador/grafiteiro. Em uma circunstância ou contexto x, convém identificar-se como pichador, como “vandal”, em um contexto y, convém colocar-se como artista ou grafiteiro. A relação que os pichadores/grafiteiros estabelecem com as classificações e rótulos que lhes são colocados não é de simples oposição binária; parece ser muito mais uma (re)existência *entre* tais atributos do que uma resistência termo a termo, são formas de colocar o mundo em estrutura, marcadas por uma lógica contingente, relacional, fractal, reticente...

A observação participante mostrou que é sob a contingência do caos sensível que se dão os transbordamentos, as inversões e as recombinações das categorias binárias (legal/ilegal, limpo/sujo, certo/errado, luz/sombra, belo/feio, visível/invisível, centro/periferia...) do ato universal de classificar. Não se trata simplesmente de pichação (ilegal, sujo, feio, errado, crime...) *versus* graffiti (legal, limpo, bonito, arte...), mas também de grapixo, pixo, arte-crime, vandal, arte de rua, vandalismo poético, poética do particular coletivo, roubo de paredes, sticker art... O “pós” da *leitura pós-estruturalista do estruturalismo* (Viveiros de Castro, 2008) aqui delineada não significa, portanto, um “após”, uma superação da estrutura, mas, sobretudo, um olhar que se esforça em captar suas ondulações e fraturas, um constante movimento de entrar e sair do estruturalismo, visto que, apesar dos transbordamentos e inversões entre as classificações, da constante desordenação dos pares binários, sempre há alguma classificação, o ato universal de tentar ordenar intelectivamente o caos sensível, de colocar o mundo em estrutura, mesmo que de maneira efêmera e contingente. Mais do que um ato de significação *do*

mundo, trata-se de uma significação *com* o mundo, trânsito entre ordenação e desordenação.

Os pichadores/grafiteiros redesenham a cidade, seja com seus traçados de tinta, seja com suas maneiras de recriar memórias, de narrar a cidade e seus moradores. Depois de acompanhá-los pela malha férrea e ouvir suas histórias, vi que os trilhos e o trem podem ser encarados como uma metáfora da “modernidade-chão-de-fábrica”, no sentido de que remetem à industrialização e à formação histórica da cidade, mas, sobretudo, trata-se de uma metáfora “pós-moderna”, algo que encena aquilo que Néstor Canclini (1997) chama de *entradas e saídas* da modernidade: a solidez do ferro que compõe o trem e os trilhos (que remetem às promessas e expectativas em torno do “progresso” e à imagem da “chegada da civilização”, metarrelatos da modernidade) constitui o suporte material sobre o qual é projetada a imaterialidade dos códigos da pichação/graffiti, a liquidez dos jatos de tinta que imprimem signos nos vagões que circulam pelo país, ligando grupos em torno de uma busca por prestígio e reconhecimento, guiados muito mais pelo afetual do que por um ímpeto racionalizante, voltados muito mais para a afirmação do presente, para o gozo aqui-e-agora, do que para qualquer tipo de reivindicação em prol de grandes causas, ideologias ou projeções acerca de um futuro redentor (ou seja, marcados por uma descrença em relação aos metarrelatos da modernidade).

À medida que eu ia tecendo os fios dessas linhas tortas pela cidade, adensando a imersão em campo, ia sendo enredado em meu cotidiano pelas teias de significados da pichação/graffiti. Os desdobramentos das várias “piscadelas” a partir da ambiência da loja de *street art*; as recriações de memórias e narrativas dos pichadores/grafiteiros que redesenham a cidade e seus moradores; as linhas do trem-metáfora-da-modernidade; as conexões entre pichadores/grafiteiros de diferentes regiões do país... A observação participante desses cenários e interações foi uma espécie de ritual de passagem para mim, um importante momento de aprendizado, cuja travessia foi dando corpo aos conhecimentos e informações que, anteriormente, estavam dispersos, preenchendo, aos

poucos, algumas das lacunas de sentido que inquietavam o meu olhar e, certamente, abrindo outras.

Referências bibliográficas:

CAMPOS, Ricardo. *Entre as luzes e as sombras da cidade: visibilidade e invisibilidade no graffiti*. Etnográfica, maio de 2009, p-145-170.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed.34, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KESSLER, Lucenira. *Diálogos de Traços: etnografia dos praticantes de apropriações visuais do espaço urbano em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 2002, pp. 15-49.

_____. O Triângulo Culinário. In: *Lévi-Strauss*. São Paulo: Editora Documento, 1968.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MAGNANI, José G. C. *Os Circuitos dos Jovens Urbanos*. In: *Tempo Social*, vol. 17, nº 2, 2005.

PEREIRA, Alexandre. *De Rolê pela Cidade: os pixadores em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível*. São Paulo: EXO experimental, 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Claude Lévi-Strauss, fundador do pós-estruturalismo*. Conferência ao Colóquio Lévi-Strauss: un siglo de reflexión, Museo Nacional de Antropología, México, 19 de novembro de 2008.